



*Fundado no
Sesquicentenário da
Batalha do Seival*

O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO
SUL

20 anos do IHTRGS

Ano 2007

Nr 38

DISCURSO DO DEPUTADO FEDERAL WALTER PERACCHI BARCELOS POR OCASIÃO DO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA CONTRA-REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964

Sr. Presidente do Congresso Nacional, eminente Marechal Castelo Branco, supremo mandatário da Nação. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Congressistas, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, autoridades, meus Senhores, minhas Senhoras.

Designado por Vossa Excelência, Senhor Presidente Bilac Pinto, para falar nesta Sessão comemorativa do primeiro aniversário da Revolução de 31 de março, o que constitui uma honra para mim, estou certo de que V. Exa. não o faz senão pela segurança de que sou um daqueles parlamentares que mais se integram nos ideais e no espírito constitutivo da Revolução, pois, por outras virtudes, em qualquer dos meus demais pares teria V. Exa. feito melhor escolha.

Senhor Presidente e Senhores Congressistas, a surpreendente renúncia do Presidente Jânio Quadros, o qual até então se constituía na esperança mais viva do Povo brasileiro, levou o País a uma grave crise política e militar, provocada, sobretudo, porque o sucessor do renunciante não inspirava confiança e era tido como um homem despreparado para a alta investidura de Presidente da República, tudo sendo tentado para que o Governo do País não caísse em suas mãos.

O espírito legalista, porém, principalmente das nossas Forças Armadas, e a manobra política, que resultou na implantação do Parlamentarismo, pelo Ato Adicional nº 4, do Congresso Nacional, superando, em parte, a crise, permitiu que o Senhor João Goulart, Vice-Presidente eleito, fosse, afinal, empossado.

As esperanças de que o sistema de gabinete preservaria o País dos males que adviriam do Presidencialismo, sob a chefia do Senhor João Goulart, não tardaram a dissipar-se.

Um gabinete organizado sob medida, com ministros de formação presidencialista, inteiramente submissos aos caprichos e recalques do Presidente, que aceitara a mudança brusca do sistema de governo — mas com ele jamais se conformando —, tudo fizera para comprometer o sistema e, em perfeita sintonia com as reações do Senhor João Goulart, com este lançaram a campanha do plebiscito, que passou a se desenvolver através da mais intensa e custosa propaganda oficial de que há memória em toda a história política do Brasil.

A indiferença das oposições, que pareciam conformadas e, em última análise, desejosas de que o “Não”, fanaticamente defendido pelo Presidente Goulart, fosse, realmente, vitorioso, como de fato o foi, fortaleceu em muito a posição do Senhor João Goulart e dos seus adeptos e partidários.

Dir-se-ia que este procedimento das oposições constituía um estratagema político, porque, conhecidas as deficiências do Senhor João Goulart e os seus comprometimentos na área militar, na do sindicalismo, já altamente comunizado e na do Comunismo internacional, seu Governo seria levado ao caos, provocando manifestações populares e obrigando as Forças Armadas a intervirem, para proscreever do poder um governo sem condições de conduzir o País aos rumos impostos pela conjuntura da época.

Este ou outro o objetivo das oposições, o que é fora de dúvida, entretanto, é que o longo espaço de tempo mediado entre a vitória do “Não” plebiscitário e a queda do Governo Goulart, propiciou tantos males ao Brasil, que ele quase sucumbe ao peso da anarquia administrativa, social, política e econômica, com graves reflexos no meio militar e, por pouco, não cai nas mãos do Comunismo audacioso, que se infiltrara em todos os setores da vida nacional, graças às facilidades e, por que não dizer, a conivência do próprio Governo.

A cubanização do País, já a esta altura, se processava a passos rápidos. Fidel Castro encontrara imitadores e apaixonados adeptos, que o Governo Goulart incentivava e aproveitava para suas investidas contra o regime democrático.

Mas, já agora, sem perceber que enfraquecera, inteiramente dominado por aventureiros e falsos chefes militares, o Senhor João Goulart, convencido, certamente, de que conseguira anestesiar toda a Nação, realiza o comício terrorista de 13 de março e, logo depois, insufla pessoalmente a indisciplina e estimula a subversão hierárquica nas Forças Armadas, deixando a descoberto suas intenções contra o regime democrático. Nunca se conheceu maior insensatez!

Foi a partir daí, que o patriotismo do povo e das Forças Armadas, com a cobertura parlamentar de grande número de Deputados e Senadores, que há muito vinham alertando a Nação, deu corpo à idéia de opor-se, a qualquer preço, àquelas intenções do Governo João Goulart. E a tolerância até então mal compreendida, julgada covardia, submissão ou conformismo, converteu-se em força de ação irresistível, caracterizada na perfeita harmonia entre povo e Forças Armadas, dando como resultante a Revolução de 31 de março.

E é para comemorar o primeiro aniversário desta revolução saneadora e redentora que, aqui, nesta Casa do Povo, hoje nos reunimos e, auspiciosamente, podemos afirmar:

A Revolução salvou o País, tranqüilizou a América e toda a área de nações anticomunistas e arrefeceu o ímpeto dominador do Comunismo Internacional.

Enquanto em Cuba se fez uma revolução para implantar o comunismo naquele país, que passou a ser base da infiltração nos demais países da América, aqui, no Brasil, a Revolução de 31 de março foi feita para barrar propósito idêntico do Governo deposto; foi deflagrada, para restabelecer, na sua plenitude, a Democracia Social e Cristã, criminosamente solapada por muitos que dela se valeram para galgar as culminâncias do poder, quer na área do Legislativo, quer na área do Executivo, com repercussões no próprio Judiciário (Palmas.)

A propósito, para bem julgarmos a Revolução, no seu primeiro ano de ação governamental, para compararmos o que ela fez, com o que prometeu o Senhor Presidente Castello Branco, por ocasião de sua posse, perante o Congresso Nacional, repetiremos as palavras com que V. Exa., espontaneamente, se compromissou com a Nação:

“Promoverei, sem desânimo, sem fadiga, o bem-estar geral do Brasil. Não medirei sacrifícios para que este bem-estar se eleve, tão depressa quanto racionalmente possível, a todos os brasileiros e, particularmente, àqueles que mourejam e sofrem nas regiões menos desenvolvidas do País. A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Governo. Com este objetivo, o Estado não será estorvo à iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade.”

Tarefa difícil, sem dúvida, que se propunha realizar, considerada a conjuntura geral do momento. É ainda S. Exa. o Senhor Presidente Castelo Branco que, a respeito, em sua mensagem anual de Governo, primeiro ano, assim se refere ao dilema em que muitas vezes se encontrou:

“Por uma dessas contradições tão freqüentes na História, houve, por vezes, que conciliar os sentimentos legalistas da Revolução com a inquietação dos que, movidos pelo mais acendrado patriotismo, pareciam inconformados com os lentos processos da ordem legal. Esta, entretanto, devemos afirmá-lo, jamais foi obstáculo a

que se alcançassem os imperiosos objetivos revolucionários que, afinal, sempre prevaleceram.”

Revelando, de outra parte, sua irreversível formação democrática e cujo espírito, de logo, imprimiu em todo o Governo, afirma o Presidente Castelo Branco que o Governo Revolucionário se mantém intransigente ao acatamento às leis, em que pese a algumas incompreensões e liberalidades tomadas à sua sombra. Dentro da mesma ordem de idéias diz:

“Em abono dos que acalentaram a idéia de um regime ditatorial, capaz de propiciar à Revolução a desenvoltura de ação, os movimentos impossíveis dentro da legalidade, devemos reconhecer que bem fácil teria sido sua instalação, no momento do triunfo revolucionário. O difícil, no entanto, é imaginar-se que não se transformaria, rapidamente, num regime policial, cujos inconvenientes para a Nação seriam extraordinariamente maiores do que as dificuldades oriundas de uma ordem legal, como bem o compreenderam os responsáveis pelo movimento de 31 de março.”

Assim, legal e democraticamente instaurado, o Governo Revolucionário passou a atuar sem desfalecimento e a remover todos os obstáculos que se antepunham à normalidade constitucional do País. Buscando, com rara pertinácia e patrioticamente a harmonia com o Poder Legislativo, que sofrera, também, as deletérias conseqüências do clima criado pela situação anterior, logrou o Governo Revolucionário, infundindo a confiança necessária, obter dele a mais decidida e legal cooperação. Teve, pois, quando, e, geralmente como o desejou e propôs, toda a legislação indispensável para cumprir os objetivos do seu Governo.

Graças, pois, a tudo isso, o País respira, hoje, em ambiente impregnado de tranqüilidade e segurança; de economia e finanças planejadas, que embora impondo, na sua aplicação inicial, algum sacrifício, já está alcançando suas reais finalidades e tende ao equilíbrio, tão reclamado e indispensável ao bem-estar do povo, particularmente dos trabalhadores; respira em ambiente de moralização política e administrativa, de respeito e de disciplina em todos os setores, particularmente nas Forças Armadas, constituídas em guardiãs intemoratas da nova ordem, da nova situação.

Pela confiança que inspira o Governo Revolucionário, outra é já, também, a posição do Brasil no exterior, onde a maioria dos países terminou reconhecendo no movimento de 31 de março o mais puro espírito democrático, fartamente demonstrado na ação e na conduta do Presidente Castelo Branco.

O Brasil, pois, transcorrido apenas um ano do movimento de 31 de março, é um país em ordem, em paz; é um país que infunde confiança e respeito, que permite prever o futuro; é um país que tem rumos seguros para sua economia, para suas finanças e para sua política social é um país que define a sua política exterior, sustentando-a dentro da tese

mais conveniente aos interesses nacionais, sem qualquer xenofobismo, mas, diante do conflito ideológico, orientada pela ação básica de fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental, atitude que não invalida a prática de uma política exterior independente, “no sentido de que assim deve ser, por força, a política de um país soberano”, tal como a tem justificado, com muita propriedade, V. Exa. o Senhor Marechal Castelo Branco.

O Brasil é, hoje, um país em que “nacionalismo” é patriotismo, é inspiração para a grandeza e soberania da Pátria; não é mais combate sistemático aos países ocidentais, nem “opção em favor dos sistemas socialistas”; nacionalismo é hoje amor ao Brasil e à sua gente, tem sentido construtivo interno. (Palmas.)

O Brasil, nesses 12 meses de Governo Revolucionário eliminou a crise de autoridade, a crise de moralidade e a crise administrativa, que vinham caracterizando situações anteriores.

O Brasil, em uma palavra, se reencontrou mais rapidamente do que muitos poderiam esperar.

E qual foi o milagre? Um governo estruturado com homens capazes e austeros, sob bases seguras, assessorado por técnicos competentes, com um plano de ação bem definido e executado com firmeza e convicção; um governo em que as greves pré-fabricadas e a indisciplina nas Forças Armadas foram definitivamente banidas, em que as agitações estudantis cederam lugar à concentração nos estudos e à obediência e ao respeito aos mestres; um governo em que os portos passaram a trabalhar, em que as ferrovias não conhecem mais interrupções no seu funcionamento; um governo em que os sindicatos se integraram nas suas verdadeiras finalidades, deixaram de ser explorados por pelegos e por políticos inescrupulosos; um governo em que a Previdência Social, moralizando-se, passou a satisfazer melhor suas finalidades. Um governo em que as reformas sociais, financeiras e políticas vêm se processando, democraticamente, sem demagogia e sem quaisquer agitações.

Quem não se recorda das perturbações e ameaças, sempre que, no passado governo, se cuidava da questão agrária; da questão bancária, que levou à greve o pessoal do próprio Banco do Brasil, em todo o território nacional; da questão tributária, que parecia levar o mundo a desabar; da lei do inquilinato, objeto da mais criminosa demagogia que já conhecemos; da lei de remessa de lucros, que quase criou um caso internacional; da regulamentação do direito de greve, que não conseguira vencer as barreiras dos que a não desejavam, para continuarem a rendosa indústria das greves encomendadas. Pois bem, toda essa legislação reformista, mais a reforma habitacional, a lei das incorporações imobiliárias, o salário-educação, votou o Congresso Nacional dentro dos prazos estabelecidos no Ato Institucional e na maior normalidade parlamentar, sem outras

interferências do que as suscitadas pela própria conveniência de uma colaboração esclarecedora e que permitisse, tanto quanto possível, a melhoria da lei.

Constitui, sem dúvida, este capítulo do período revolucionário, um dos grandes méritos do movimento de 31 de março. Louvores, pois, também, ao Congresso Nacional. (Palmas.)

Senhor Presidente e Senhores Congressistas, quando da homenagem que a Câmara prestou às Forças Armadas, falando por delegação do Líder do PSD, Deputado Martins Rodrigues, tive ocasião de dizer que o 31 de Março não se fez apenas para depor um Presidente, cassar mandatos e suspender direitos políticos de comunistas e de corruptos, prender criminosos políticos e conspiradores; que a Revolução se fizera, também, porque o Governo deposto mostrava-se incapaz de oferecer soluções democráticas para os angustiantes problemas sociais e econômicos do povo brasileiro, bem como para estancar a inflação devoradora que tudo levava de roldão; que a Revolução se fizera, porque já não era mais possível suportar a desordem política e administrativa, a falta de autoridade, a indisciplina reinante em todos os setores, com completa subversão da hierarquia; que a Revolução se fizera, porque a ganância assaltava a bolsa do povo e o solidarismo humano desertara dos corações; as forças morais estavam sendo arrasadas e os bons costumes já eram ridicularizados; porque a dignidade do homem já não constituía mais credencial para julgamento de valor; que a Revolução se fizera, porque o nosso conceito de nação soberana e democrática vinha sendo abalado; que a Revolução se fizera, em uma palavra, porque o colapso total nos ameaçava.

E acrescentava: deste momento em diante, pois maior é a nossa responsabilidade, é que a tarefa se impõe mais árdua e difícil; que o sacrifício, desprendimento e renúncia, deveriam ferrar a quantos fizeram a Revolução, particularmente aos seus grandes chefes; que daquele momento em diante todos teríamos de provar que éramos capazes de dar soluções aos problemas sociais, econômicos e financeiros e aos de outra ordem, que visassem a melhor estruturar, política e administrativamente, o País; que, se isso não acontecesse, a Revolução teria sido frustrada nos seus maiores e reais objetivos.

Pois bem, Senhores, a Revolução não foi frustrada. A Revolução completa o seu primeiro ano inteiramente vitoriosa e com a glória de, apesar de algumas reações injustificáveis, perturbadoras e impatrióticas, haver preservado, inteiramente, o regime democrático.

Agora, por isso mesmo, as homenagens àqueles — homens e mulheres — que na rebeldia das ruas, na Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, prepararam psicologicamente a Nação, dando às nossas patrióticas Forças Armadas a motivação para a arrancada fulminante e restauradora de 31 de março.

Por isso, também, o preito de gratidão às Forças Armadas e os melhores louvores ao seu desprendimento e abnegada conduta. (Palmas.)

Mas, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, por que não envolver, igualmente, nas congratulações, o próprio Congresso Nacional, que como vimos, deu à causa revolucionária contribuição de alta valia, de elevado espírito público e de indiscutível sentido patriótico? (Palmas.)

Senhor Presidente e Senhores Congressistas. Congratulemo-nos, finalmente, com o próprio Brasil, pois, sem dúvida, foi ele o maior beneficiário do 31 de Março. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas, o orador é cumprimentado.)

Agradecemos a prestimosa colaboração do acadêmico Dr. Eduardo Cunha Müller, que nos proporcionou este texto.

Nota: Walter Peracchi Barcelos era Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e foi governador do Rio Grande do Sul.

A LIÇÃO DA ESPADA

Martim Afonso de Souza, por solicitação de seu pai, foi recebido como aluno no Castelo de Gonzalo de Córdoba, erudito e nobre espanhol, que lhe dedicou muitas atenções. Ali Martim Afonso aprendeu as artes da administração dos negócios e do comando dos homens. Concluída a temporada de aprendizado, Gonzalo de Córdoba resolveu dar um presente ao discípulo tão aplicado. Colocou no pescoço de Martim Afonso um valioso colar de ouro.

O presente feriu o orgulho do jovem, que via naquele gesto nada mais do que uma retribuição aos muitos favores então prestados por seu pai ao nobre espanhol. E com firmeza, mas sem arrogância, tirou o colar do pescoço e devolveu-o a Gonzalo, dizendo que não poderia aceitá-lo. Gonzalo compreendeu a atitude do jovem Martim Afonso. Sentiu que estava diante de um verdadeiro fidalgo. Aceitou o colar de volta. Mas era preciso fazer alguma coisa para demonstrar ao jovem e estimado discípulo a admiração e o respeito que por ele tinha. E num gesto de rara fidalguia, tirou do cinto a própria espada e a entregou a Martim Afonso, como que se desculpando:

— Ora, senhor. Bem vos entendo. Em lugar de honrarias, deveis preferir as armas.

Martim Afonso esqueceu por alguns momentos as maneiras solenes e abriu um largo sorriso, aceitando com muita estima aquele inesperado presente.

Ao desembainhar a espada para sentir lhe o peso, reparou que havia inscrições nos dois lados da lâmina. Em um dos lados havia uma frase gravada no metal: “Não me saques sem razão”. E no outro lado, outra frase: “Não me embainhes sem honra”.

(Conforme Eloy Terra, *Crônicas pitorescas da história do Brasil*, Editora Sagra Luzzatto, Porto Alegre, 1999, págs. 32,33). (continua)

CLEVELÂNDIA DO NORTE, AMAPÁ

Pelo Major Dentista Reformado Hélio Ricardo Alves

Em 1973, eu passei 45 dias na Vila Militar de Clevelândia, nas margens do rio Oiapoque, a 300 metros da Guiana Francesa. É um lugar isolado do Brasil, com características próprias. Os soldados são recrutados na região, e, entre eles, vêm alguns índios. Aqueles praças podem permanecer até a passagem para a reserva, dependendo apenas da condição de saúde e do comportamento. Podem se casar, e é o que fazem. A Unidade lhes dá o terreno e a madeira da serraria própria, para construírem as suas casas, sem padrão definido. Uns fazem bonitos sobrados. O processo é o de ajuda mútua — mutirão — quase sempre dirigida por um colega experiente. É comum aquelas famílias terem muitos filhos. Conheci um com 10. E, para melhorar a situação financeira, alguns aprendem a fazer consertos e reparos diversos. Com o fechamento do armazém reembolsável, muitos instalaram, nas suas casas, um pequeno comércio de emergência. Eles eram chamados de “marreteiros”. Tudo que é consumido lá vem de Belém do Pará, de barco, por encomenda, e uma só vez por mês. Por incrível que pareça, a maior dificuldade daquelas famílias é encontrar um nome para os filhos recém-nascidos, que seja diferente daqueles comuns do norte e nordeste: Severino, Severiano, Raimundo, Maria do Céu, Maria da Glória, Maria da Fé etc.

Posto isto, elas apelam para os modos mais bizarros possíveis. Uma jovem senhora copiou de uma lata de conservas: Análise n° tal, do D.N.S., para o nome da menina de Ana Lise; outra viu o filme Sissi, passado no rancho e gostou, quando lhe falaram que a atriz se chamava Romisnaider, e, sem dúvida, colocou-a na sua primeira filha. Mas o mais curioso foi o caso de um soldado ordenança do oficial-secretário. Ele disse: — Capitão, posso colocar o seu nome no meu filho que nasceu ontem? — Sim, pode, e até me sinto honrado.

Passados alguns dias, o soldado auxiliar trouxe a certidão de idade para a publicação em boletim, e lá estava o nome completo do capitão acrescido, no final, do seu sobrenome. O filho do soldado chamar-se-á, para toda a vida de Milton Meireles Silveira Machado. Certamente, por ser analfabeto pediu a um colega mais letrado que copiasse o nome do oficial e apresentou-o ao escrivão, na cidade próxima do Oiapoque (quatro mil habitantes, incluindo a periferia rural). Quase não há repartições públicas, e todos acumulam funções. Assim foi registrado sem muitas perguntas, pelo cabo da polícia, escrivão interino.

Aqui está uma pouquíssima parte da vida pitoresca de “um lugar tão longe que nem fusca tem”. (De Causos, crônicas e outras...Historietas militares, Vol 5)
Em nome do Presidente da AHIMTB, Cel Cláudio Moreira Bento:

Luiz Ernani Caminha Giorgis

Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS